

"Projetão" penaliza universitário pobre

Propostas apontam para a privatização do ensino superior

O diploma universitário não vale nada. Por isso, deve ser "esquentado" por um "pós-vestibular". Estudantes de baixo poder aquisitivo serão punidos com estágio obrigatório de um ano, após o curso. As vagas das uni-

versidades federais são basicamente ocupadas por alunos das camadas mais favorecidas da sociedade. Estas, em síntese, as impressões de alguns reitores e educadores diante das propostas do "Projetão".

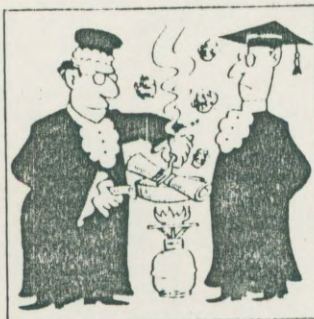
A mais polêmica gira em torno do fim da gratuidade do ensino superior público, pregação oficial já dos anos 60 que hoje contraria norma constitucional. Mas um ponto genérico, a autonomia universitária, merece tímido aplauso, justamente por ser genérico. Afinal, cada um tem sua definição de autonomia.

O fim da gratuidade traduz, para Merion Campos Bordas (UFRGS), a privatização do ensino superior, "inviável, até porque não há empresário com condições ou interesse em manter um ensino de qualidade, com pesquisa". Trata-se, comenta, de proposta política baseada na falsa argumentação de que a Universidade Pública só recebe alunos da elite econômica.

A cobrança de anuidades não vai melhorar o ensino e não será suficiente para manter a instituição em funcionamento, opina José Raimundo Romêo, reitor da UFF, citando o caso das PUCs, que têm no financiamento oficial a espinha dorsal de sua vida financeira.

Esquentamento - Nélson Maculan, reitor da UFRJ, defende com veemência o ensino público e gratuito, como todo o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). Mas Simon Schwartzman (USP e IUPERJ) discorda. Ele vê, em princípio, o ensino universitário público pago como positivo, "uma forma de justiça social, de recuperação de parte dos seus custos". Mas acha impossível financiar a Universidade com o dinheiro dos estudantes. Maculan discorda, também, do "esquentamento do diploma", termo que está sendo usado para designar o exame pós-universidade. A UFRJ, diz, não teria receio de ver seu aluno submetido a exames após a conclusão do curso. Mas como realizar o tal exame? Ele diz: "Só aqui temos 55 especialidades. Haverá 55 exames diferentes?"

Para Raimundo Romêo, a medida é absurda: levaria a Universidade a investir, muitas vezes inutilmente, em seus alunos. "Avaliações devem ser feitas durante o curso. Depois, há a competitividade inerente ao



mercado de trabalho." Já o estágio obrigatório pós-curso é, a seu ver, excelente, pelo menos em tese: "o estudante não poderia ser compelido a estagiar de graça; alguém teria que pagar pelo estágio. Quem?"

Para Maculan, a medida discrimina: só os que não puderem pagar o curso farão estágio. "Seria preciso muito estudo e a montagem de uma estrutura antes da implantação da medida."

Autonomia - Com ela todos concordam. Para Schwartzman, o mais importante na Universi-

dade é a criação de um sistema efetivo que lhe dê autonomia administrativa e acadêmica, e responsabilidade pelo uso dos recursos, associada à sua avaliação.

"Ela é profundamente desejável", ressalta Romêo, mas a questão orçamentária precisa ser bem definida, para que a Universidade não fique dependente da vontade do rei. Tem que haver indexação, fixando-se o percentual dos recursos públicos que caberá às universidades federais.

Merion estranha que o governo inclua no "Projetão" a autonomia, princípio já legal, ao invés de se preocupar em acelerar a discussão da Lei de Diretrizes e Bases. As críticas não param aí. É certo que o debate em torno dessa e de outras medidas propostas pelo Governo crescerá muito com a mobilização das universidades, que deverão pronunciar-se em documento no início de abril, quando o Crub se reúne na PUC de Campinas para debater o "Projetão".